

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO à 5 ^a edição	7
ABREVIATURAS E OUTRAS INDICAÇÕES DE LEITURA	9
I – NOÇÕES GERAIS DE DIREITO DO TRABALHO	17
§1º Objecto e âmbito do Direito do Trabalho	19
1. O trabalho subordinado como objecto do Direito do Trabalho: da actividade laborativa à actividade laboral	19
1.1. As múltiplas valências do fenómeno do trabalho e o seu sentido jurídico	19
1.2. O trabalho como actividade produtiva valorizada a se	22
1.3. O trabalho como actividade livre: a actividade laborativa	24
1.4. O trabalho como actividade retribuída	25
1.5. O trabalho como actividade desenvolvida em situação de dependência: a actividade laboral	27
1.6. O enquadramento jurídico privado da actividade laboral	29
1.7. Conclusão: a actividade laboral como objecto nuclear do Direito do Trabalho	32
2. O âmbito do Direito do Trabalho e a sua natureza unitária	34
2.1. O surgimento das questões laborais e a tripartição clássica do Direito do Trabalho nas áreas do direito das condições de trabalho, do direito individual do trabalho e do direito colectivo do trabalho	34

ÍNDICE GERAL

2.2. O âmbito do Direito do Trabalho na actualidade e a sua summa divisio: o direito das situações laborais individuais e o direito das situações laborais colectivas. A natureza unitária da área jurídica	38
§2º Evolução histórica e situação actual do Direito do Trabalho	45
3. A modernidade do Direito do Trabalho e os contributos pré-industriais para o seu desenvolvimento	45
3.1. O surgimento do Direito do Trabalho no final do século XIX	45
3.2. A modernidade do fenómeno do trabalho subordinado e a importância dos seus antecedentes pré-industriais	50
4. Evolução histórica e situação actual do Direito do Trabalho	57
4.1. A evolução tradicional do Direito do Trabalho na senda da protecção do trabalhador	57
4.1.1. A importância e as dimensões do princípio da protecção do trabalhador	57
4.1.2. Fases e sentido geral da evolução do Direito do Trabalho sob o desígnio da protecção do trabalhador	61
4.2. O Direito do Trabalho na actualidade e os seus desafios para o século XXI: as tendências de flexibilização e os desafios da globalização e da digitalização	66
4.2.1. A alteração dos pressupostos do desenvolvimento tradicional do Direito do Trabalho, a partir da década de setenta do século XX	66
4.2.2. As tendências modernas de evolução do Direito do Trabalho: a flexibilização dos regimes laborais; a flexisegurança; os desafios da globalização e da digitalização	75
5. Evolução histórica e situação actual do Direito do Trabalho português	90
5.1. O surgimento do Direito do Trabalho em Portugal e a sua evolução histórica	90
5.1.1. O surgimento do Direito do Trabalho na transição do século XIX para o século XX	90
5.1.2. A fase da consolidação: a 1ª República	93
5.1.3. A fase da publicização: o Direito do Trabalho no corporativismo	94
5.1.4. A evolução do Direito do Trabalho no quadro constitucional vigente	97
5.2. Situação actual	105
5.2.1. O contexto da reforma laboral: a situação do Direito do Trabalho português no início do século XXI	105

5.2.2. O Código do Trabalho de 2003 e o Código do Trabalho de 2009	112
5.2.3. As alterações à legislação laboral no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal e a evolução subsequente; a legislação emergencial de resposta à pandemia do COVID-19	128
§3º Características do Direito do Trabalho e disciplinas próximas	143
6. Características do Direito do Trabalho	143
6.1. O Direito do Trabalho como direito privado	143
6.2. O Direito do Trabalho como direito privado especial dotado de autonomia sistemática	146
6.3. O Direito do Trabalho como direito não institucional	148
6.4. O Direito do Trabalho como direito compromissório	149
6.5. A sensibilidade social e a porosidade ideológica e linguística do Direito do Trabalho	150
6.6. A tendência expansionista do Direito do Trabalho	151
6.7. O Direito do Trabalho como ramo jurídico dotado de autonomia dogmática (remissão)	154
7. O Direito do Trabalho e as disciplinas jurídicas próximas	155
§4º O Direito do Trabalho na Ciência Jurídica	165
8. O ensino universitário e a produção científica no domínio laboral – breve excursão histórico	165
9. Parâmetros metodológicos do ensino das matérias laborais no Curso de Direito	173
10. Indicações bibliográficas gerais	177
II – FONTES E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	187
Secção I – As fontes do Direito do Trabalho	189
11. O sistema de fontes laborais: enunciado geral e classificação	189
§5º A Constituição Laboral	195
12. Aspectos gerais e importância da Constituição Laboral	195
13. Princípios constitucionais de incidência laboral: enunciado e classificação	198
14. A importância da Constituição na hierarquia das fontes laborais e o problema da eficácia civil dos direitos laborais fundamentais	201

ÍNDICE GERAL

14.1. Aspectos gerais	201
14.2. O problema da eficácia civil dos direitos laborais fundamentais	202
§6º As fontes internacionais e comunitárias	215
15. O Direito Internacional e as organizações laborais internacionais	215
15.1. Aspectos gerais; recepção na ordem jurídica nacional	215
15.2. Instrumentos internacionais com normas de incidência laboral e organizações internacionais de vocação laboral; a Organização Internacional do Trabalho	217
16. O Direito Social da União Europeia	220
16.1. Evolução geral	220
16.2. A livre circulação de trabalhadores	225
16.3. O emprego e a formação profissional; o Fundo Social Europeu	228
16.4. As condições de trabalho em sentido amplo	229
16.5. A igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens e a proibição de discriminação em geral	230
16.6. Os contratos de trabalho especiais e outras situações laborais especiais	238
16.7. A tutela dos trabalhadores perante vicissitudes do empregador ou da empresa	239
16.8. O diálogo social e a representação dos trabalhadores ao nível europeu	240
§7º As fontes internas comuns	243
17. A lei: em especial o Código do Trabalho e demais legislação laboral	243
17.1. Aspectos gerais	243
17.2. O Código do Trabalho	244
17.3. Outros diplomas laborais	256
18. As especificidades da produção normativa no domínio laboral	260
18.1. O direito de consulta e de participação dos trabalhadores e dos empregadores na elaboração das leis laborais; a legislação laboral negociada	260
18.2. As normas convénio-dispositivas	269
19. O costume e os usos laborais	273
19.1. O costume	273
19.2. Os usos laborais	274
20. A jurisprudência e a doutrina	278
§8º As fontes internas específicas	283
21. As convenções colectivas de trabalho	283

21.1. Aspectos gerais: a importância da convenção colectiva como fonte de Direito do Trabalho	283
21.2. Tipologia das convenções colectivas de trabalho	287
22. Outras fontes autónomas	290
22.1. O acordo de adesão	290
22.2. A deliberação de arbitragem voluntária	292
23. As fontes heterónomas	294
23.1. A portaria de extensão	294
23.2. A portaria de condições de trabalho	301
23.3. A deliberação de arbitragem obrigatória e necessária	302
24. A questão do regulamento da empresa	305
 Secção II – Interpretação e aplicação das normas laborais:	
o favor laboratoris	311
25. Considerações gerais. Sequência	311
26. O princípio do favor laboratoris: relevo geral e evolução recente	312
26.1. Delimitação geral e importância do favor laboratoris	312
26.2. As operações técnicas pressupostas no favor laboratoris: a determinação da natureza das normas laborais e os critérios de comparação das fontes laborais	315
26.3. O favor laboratoris no nosso sistema juslaboral: evolução histórica	320
26.4. O favor laboratoris no Código do Trabalho: apreciação geral	325
27. Interpretação e integração das normas laborais	328
28. Conflitos de fontes laborais no tempo: o problema dos direitos adquiridos	334
29. Conflitos de fontes laborais no espaço	342
30. Concorrência entre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	348
31. Conflitos hierárquicos de fontes laborais e relação entre as fontes laborais e o contrato de trabalho	350
31.1. Aspectos gerais. Razão de ordem	350
31.2. Os conflitos hierárquicos de fontes: em especial, a relação entre as normas legais e os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho	351
31.3. A relação entre as fontes laborais e o contrato de trabalho	354

ÍNDICE GERAL

III – ALICERCES DOGMÁTICOS DO DIREITO DO TRABALHO	357
Secção I – As pessoas juslaborais	359
32. Questões gerais. O conceito de pessoa juslaboral	359
§9º O trabalhador e o empregador	363
33. O trabalhador subordinado	363
33.1. Delimitação geral e figuras próximas	363
33.2. As categorias de trabalhadores	372
34. O empregador e a empresa laboral	377
34.1. Delimitação geral da figura do empregador	377
34.2. A empresa laboral: delimitação geral e importância	380
34.3. Tipologia das empresas laborais	389
34.4. A pluralidade de empregadores e a questão da determinação do empregador real	393
§10º As pessoas juslaborais colectivas	399
35. Aspectos gerais	399
36. Associações sindicais	401
37. Comissões de trabalhadores	407
38. Conselhos de empresa europeus e conselhos de trabalhadores	415
39. Associações de empregadores	417
Secção II – As situações jurídicas laborais nucleares e derivadas	425
§11º Evolução geral	425
40. A relação de trabalho como situação jurídica central do Direito do Trabalho: apreciação crítica	425
41. A alternativa: as situações jurídicas laborais nucleares inerentes à qualidade de trabalhador subordinado e à qualidade de empregador e as situações laborais derivadas	428
41.1. As situações jurídicas laborais nucleares	428
41.2. As situações jurídicas laborais derivadas; o vínculo de trabalho	435
§12º O vínculo de trabalho: evolução e reconstrução dogmática	439
42. O vínculo de trabalho: evolução histórica e dogmática	439
42.1. Aspectos gerais; sequência	439
42.2. A construção civilista: a recondução do vínculo laboral às figuras da locação ou da prestação de serviços	440
42.3. As concepções comunitário-pessoais do vínculo de trabalho	443

42.4. As críticas à concepção comunitário-pessoal do vínculo de trabalho e a reconstrução obrigacional deste vínculo; a teoria da remuneração	458
42.5. Síntese crítica	462
43. Reconstrução do vínculo laboral: o conteúdo do contrato de trabalho e a sua singularidade dogmática	466
43.1. Os pontos de partida da construção: a natureza negocial do vínculo de trabalho e a sua complexidade interna	466
43.2. A delimitação objectiva do vínculo de trabalho: a actividade laboral e os deveres acessórios do trabalhador	468
43.2.1. A actividade laboral: actividade e resultado; actividade e disponibilidade do trabalhador	468
43.2.2. Os deveres acessórios do trabalhador: deveres acessórios integrantes e deveres acessórios independentes da prestação principal	476
43.3. A delimitação objectiva do vínculo de trabalho (cont.): a retribuição e os deveres acessórios do empregador	480
43.3.1. A retribuição	480
43.3.2. Os deveres acessórios do empregador	483
43.4. A delimitação subjectiva do vínculo laboral: a subordinação do trabalhador e os poderes laborais do empregador	486
43.4.1. A subordinação do trabalhador	486
43.4.2. Os poderes laborais: poder de direcção e poder disciplinar	492
43.5. A componente de pessoalidade e a componente organizacional do vínculo de trabalho	498
43.5.1. A componente organizacional	499
43.5.2. A componente de pessoalidade	503
43.6. Conclusão: a reconstrução do conteúdo do contrato de trabalho a partir dos conceitos de relação de trabalho e de relação de emprego. A singularidade do vínculo laboral no panorama dos vínculos obrigacionais	509
Secção III – A autonomia dogmática do Direito do Trabalho	521
§13º Evolução do problema da autonomia dogmática do Direito do Trabalho e tendências actuais	521
44. Enunciado e importância do problema da autonomia dogmática	521
45. O posicionamento tradicional do problema e a sua evolução	526
46. A crise dogmática do Direito do Trabalho	532

ÍNDICE GERAL

§14º O reposicionamento do problema	539
47. Premissas e metodologia da indagação pela autonomia dogmática do Direito do Trabalho	539
48. Os fundamentos estruturais da autonomia dogmática: a singularidade dos principais institutos laborais	542
48.1. A singularidade do contrato de trabalho	542
48.2. A singularidade da convenção colectiva de trabalho	545
48.3. A singularidade do direito de greve	549
49. Os fundamentos sistemáticos da autonomia: a dimensão colectiva integral do Direito do Trabalho e os seus recursos técnicos específicos	551
49.1. A dimensão colectiva integral do Direito do Trabalho	552
49.2. As especificidades do Direito do Trabalho na construção e na aplicação das suas normas e na tutela dos seus interesses	555
50. Conclusão: o reconhecimento da autonomia dogmática do Direito do Trabalho pela singularidade dos seus institutos e pela sua maturidade como área jurídica	559
Secção IV – Os princípios fundamentais do Direito do Trabalho	561
§15º Aspectos gerais	561
51. As consequências do reconhecimento da autonomia dogmática: os princípios próprios do Direito do Trabalho	561
52. A autonomia dogmática e a relação entre o Direito do Trabalho e o Direito Civil	563
§16º Enunciado e classificação dos princípios gerais do Direito do Trabalho	565
53. Enunciado geral	565
54. O princípio da compensação da posição debitória complexa das partes no contrato de trabalho e as suas projecções	566
54.1. Enunciado geral e vertentes do princípio da compensação: o princípio da protecção do trabalhador; o princípio da salvaguarda dos interesses de gestão	566
54.2. As projecções do princípio da protecção do trabalhador	568
54.2.1. Aspectos gerais	568
54.2.2. Algumas projecções em especial: o favor laboratoris; o princípio da segurança no emprego; a tutela dos direitos de personalidade; a tutela dos direitos inerentes à maternidade, à paternidade e à conciliação (remissão)	570

ÍNDICE GERAL

54.3. O princípio da salvaguarda dos interesses de gestão e os seus desenvolvimentos	574
54.4. Síntese	575
55. O princípio do colectivo e as suas projecções	577
55.1. Enunciado geral e importância	577
55.2. As projecções do princípio do colectivo: a autonomia colectiva, a intervenção dos trabalhadores na gestão, a primazia do colectivo, a interdependência dos vínculos laborais na organização e a igualdade de tratamento	579
56. O princípio da autotutela e as suas projecções	584
 ÍNDICE IDEOGRÁFICO	589
 ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	603
 ÍNDICE GERAL	639